



CIDADE DE CAMPO GRANDE: COTIDIANO URBANO (DÉCADAS 1960-70)

City of Campo Grande: Urban Daily Life (60s and 70s)

Nataniél DAL MORO¹

natanieldaloro@bol.com.br

Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Brasil

Fecha de recepción: 22-XII-2015

Fecha de aceptación: 23-II-2016

RESUMO: Este artigo tem como objeto central a cidade de Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul, e intenta recuperar como a urbe foi descrita em registros veiculados por jornais que abordaram aspectos do desenvolvimento urbano-cidadino ocorrido entre as décadas 1960-70, anos de intenso êxodo rural e acentuada migração campo-cidade, bem como de grandes transformações na infraestrutura e no cotidiano desta *metrópole*, à época a municipalidade mais populosa do então Estado de Mato Grosso, que por vezes foi cognominada de *Metrópole Econômica do Oeste Brasileiro*.

Palavras-chave: Cidade de Campo Grande; Cotidiano urbano; Jornais impressos.

ABSTRACT: The central object of this article is the city of Campo Grande, current capital of the State of Mato Grosso do Sul, and try to recover the way as the city was described in records provided by the newspapers that addressed aspects of urban-city development that took place between the decades of the 60s and 70s. Years of intense rural exodus and sharp

¹ Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande-MS, Brasil. Bolsista CAPES. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e editor científico da *Cordis*. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pós-Doutor pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Endereço: Avenida Tamandaré, 6000, Jardim Seminário, Campo Grande-MS. CEP: 79117-900.

countryside-city migration, as well as of major transformations in infrastructure and in the everyday life of this metropolis, at that time the most populous municipality of the then State of Mato Grosso, which sometimes was called Economic Metropolis of Western Brazil.

Keywords: City of Campo Grande; Urban daily life; Printed newspapers.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Objeto de estudo e problemática. 3. Projetos de modernização na cidade de Campo Grande: políticas acerca de moralizar e higienizar os espaços urbano-citadinos. 4. Fontes jornalísticas e a produção de relatos sobre o desenvolvimento da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

Sobretudo mediante contribuições externadas já há algumas décadas por pesquisadores das temáticas de história urbana e de história social da cidade, temos estudos os mais diversos os quais sinalizam que o espaço urbano-citadino das cidades ou urbes pode ser apreendido de formas as mais variadas, o que a nosso ver contribui para problematizar inclusive assuntos, situações e agentes pouco ou quase nada presentes em leituras oficiais ou dispersos em fontes múltiplas. O cotidiano urbano e alguns aspectos da história da cidade de Campo Grande são os principais objetos deste artigo. Esta urbe possui, na atualidade, uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, e é a capital político-administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil.

Embora não se reduza ao estudo das urbes ou ao seu desenvolvimento no passado e no presente, nem às ações ou projetos que se colocam para pensar o futuro das cidades, o cotidiano, como problemática de pesquisa, tem encontrado no ambiente das cidades reflexões as mais profícuas. As teorias à abordagem do cotidiano também são variadas e discordantes (Matos, 2002). Sem querer desconsiderar os debates acalorados, parece que cada vez mais o cotidiano passa a ser aceito como categoria teórica de grande utilidade à pesquisa e desenvolvimento das ciências humanas e sociais, uma vez que focaliza tempos heterogêneos e hierárquicos, diacronia e sincronia, procurando recuperar as «partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação» (Heller, 1992, p. 18).

A cidade de Campo Grande, e não menos o desenvolvimento de seu cotidiano urbano, é o objeto maior deste trabalho. Consta em diversos suportes documentais que recebeu milhares de migrantes entre as décadas de 1950 a 1980, o que contribuiu para efetivar um processo que é descrito como *explosão demográfica*. No período passa a ser vista, cada vez mais, como uma das *metrópoles regionais* da Região Centro-Oeste

do Brasil, sendo que em fins dos anos 1970 foi elevada à categoria de capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Dessa época temos também os relatos do surgimento ou da intensificação de inúmeras *manchas* ou *bolsões* de pobreza e miséria em vários pontos da urbe (Moro, 2007).

Considerando esses acontecimentos, mas não se limitando a eles, este artigo intenta relatar, não obstante recuperando algumas formas pelas quais o desenvolvimento urbano-cidadino de Campo Grande foi relatado, tarefa que faremos via exposição de fontes veiculadas por periódicos locais, em especial jornais de circulação diária. Damos ênfase para situações ocorridas nas décadas de 1960-70, pois data desse período o ápice migratório campo-cidade que tanto *afetou* o sul do então Estado de Mato Grosso e Campo Grande em particular.

2. OBJETO DE ESTUDO E PROBLEMÁTICA

A problemática e o estudo das questões urbanas é assunto que vem sendo pesquisado há anos por estudiosos, «o que faz da tarefa de» apresentar e analisar criticamente este campo «uma ousadia sem limites» (Carpintéro; Cerasoli, 2009, p. 62). Urbanização desregrada, inchaço populacional, intervenção urbanística, falta de recursos do poder público e verticalização arquitetônica, assim como crescente fluxo de automóveis e inúmeras outras demandas dessa realidade, como a polifonia urbana, o turismo religioso, comercial ou de saúde, as disputas e os conflitos em ambiente cidadão, são pontos-chave e também pontos-problema que vêm obtendo olhares, reflexões e interferências que, não raro, buscam transformar, para *melhor*, esse universo que ocorre nas cidades, bem como clarificar textualmente o posicionamento dos sujeitos históricos que conferem, ou conferiram, vida para essas ações (Losnak, 2004; Yázigi, 2009).

Como já referiram alguns estudiosos, o conceito de *modernização* tem sido utilizado largamente para pensar o desenvolvimento das cidades brasileiras no período da ditadura civil-militar (que teve início em 1964), mas em especial as cidades de médio e grande porte, e Campo Grande, como parte deste processo, também tem sido problematizada via este arcabouço teórico, mas que não raras vezes também é pensado na interface da *modernidade*. Se passarmos a conceber *modernização* e *modernidade* como conceitos divergentes, talvez seja necessário considerar que, conforme informa Raymundo Faoro,

[...] a *modernidade* compromete [...] toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes (Faoro, 1994, p. 99).

O mesmo autor menciona que na

[...] modernização não se segue o trilho da «lei natural», mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. [...] Na modernidade, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento (Faoro, 1994, p. 99).

Ou seja, *modernização* e *modernidade* têm definições e sentidos variados, às vezes até conflitantes.

A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas (Faoro, 1994, p. 99).

E concluiu: «Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda (Faoro, 1994, p. 99)².

Há análises que enfatizam tão somente ou muito mais ordens de crescimento, linhas de progresso, elementos positivos, mazelas decorrentes das políticas públicas e empreendimentos privados, e propagandeiam os benefícios da *modernização*, sobretudo na sua vertente econômica – sinal de um País que estava deixando de ser rural e atrasado para figurar como uma potência mundial, essencialmente urbana e moderna. A nosso ver, aceitar de modo acrítico esta forma de pensamento (que alardeia a *modernização* como produtora de *desenvolvimento geral e irrestrito*, como único caminho a ser alcançado) implica em tolher as possibilidades de análises do conceito de cotidiano tanto quanto os possíveis contributos gerados pelo desenvolvimento em outros vieses, sobretudo em escala local.

Portanto, cabe ao pesquisador não descuidar, quando realiza seu estudo, de pontos outros, a saber: da existência de conflitos, projetos em desacordo e dissidências, discursos em paralelo, atritos localizados e abrangentes que à época se faziam presentes, grosso modo, como tensões cotidianas e até amenidades que foram experimentadas, vividas e sentidas pela sociedade campo-grandense ou pelos sujeitos que, não raro, estavam de

² A explicação que segue também é oportuna para pensar o que seria o fenômeno da *modernização econômico-social* do Brasil segundo a «via prussiana»: «as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto”». Coutinho, C. N. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 50.

passagem pela urbe, como migrantes (os populares *trecheiros*) em busca de trabalho e melhores condições de vida, cujo destino *final* estaria em outras cidades ou propriedades rurais do entorno.

Nesse sentido, relevantes são as palavras de Raymond Williams (1979, p. 134), uma vez que sugere a utilização da categoria «estruturas de experiência» para problematizar uma gama de ações, algumas não perceptíveis ou restritas ao universo da objetividade. Nas suas palavras: «Estamos então definindo esses elementos como uma «estrutura»: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão». (Williams, 1979, p. 134). Assim sendo, «sentimento» não está «em contração ao pensamento», pois sentir é pensar e tanto quanto pensar é sentir.

Com o intuito de tentar apreender alguns aspectos desse universo da cotidianidade e dos sentimentos, valemo-nos de fontes impressas, nomeadamente jornais de veiculação diária, pois entendemos que são suportes documentais ricos em detalhes e, por isso mesmo, julgamos serem dos mais oportunos à problematização do cotidiano da cidade de Campo Grande, seu desenvolvimento como urbe, além de sua constituição social mais ampla, se bem que via um olhar específico, que não nos furtamos de problematizar. Quando nos referimos aos periódicos como fontes que possuem um *olhar específico*, temos em mente «que o que se lê nos jornais são histórias; não o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu» (Darnton, 2000, p. 239). E é justamente nesse sentido que pretendemos pontuar e recuperar algumas narrativas sobre a história da cidade de Campo Grande, dando ênfase para as décadas de 1960 e 1970. Indiretamente este trabalho também acaba por descortinar outra história, qual seja: a que pontua como os meios de comunicação produzidos no decorrer da segunda metade do século XX (cujas fontes devem ser pensadas como textos que comportam múltiplas análises e merecem tratamento comparativo) ajudaram a retratar substancialmente diversas facetas da cidade em estudo e, por tabela, também os seus *problemas*.

As matérias de jornais que utilizamos são provenientes do periódico Correio do Estado³, impresso fundado na primeira metade dos anos 1950 (e ainda em circulação no tempo presente). Estudos indicam a relevância de uma parte dos projetos veiculados por meio das páginas desse impresso à construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região sul de Mato Grosso como um todo, uma vez que o periódico CE apoiou vários partidos políticos e, mais do que isso, foi ativo na luta pela defesa dos seus próprios projetos, por vezes externados abertamente nas páginas do jornal (Moro, 2012).

Em linhas gerais, o CE se autodenominou nestes termos: «órgão de opinião pública» que sempre esteve «com a população, com o comércio, a indústria e principalmente com a Revolução de 31 de Março de 1964, isto tudo desde o ano de 1954,

³ Doravante mencionamos Correio do Estado pela sigla CE.

conforme podem atestar os volumes de nosso arquivo» (Delegado..., 1966, p. 1). No âmbito nacional, o CE foi favorável à presença dos militares no poder a partir de 1964 – acontecimento noticiado neste impresso como «a Revolução moralizadora que salvou esse país» – pois essa ação traria mais «ordem» e «progresso» para todo o território nacional (Comercialização..., 1972, p. 12). Especificamente na esfera estadual, o CE apoiou abertamente o candidato Lúdio Martins Coelho em 1965, da União Democrática Nacional (UDN), para o governo do Estado de Mato Grosso, contrapondo-se a Pedro Pedrossian, do Partido Social Democrático (PSD), apoiado por Filinto Müller, que era aliado, nessa eleição, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já em 1977, o CE demonstrou preferência «pelo grupo de Pedrossian» (Bittar, 2009, p. 99-101 e p. 113).

No transcorrer do tempo, o impresso posicionou-se várias vezes como favorável às práticas políticas dos militares. Contudo, em outros instantes, porém em menor escala, também se colocou como extremamente contrário aos atos dos militares, com a particularidade de contestar e revidar publicamente os trabalhos feitos por militares que atuavam nos anos 1960 na esfera estadual e, sobretudo, no âmbito municipal. O CE só não se mostrou divergente em um ponto: sempre defendeu um projeto para a cidade de Campo Grande, o de uma *cidade que deveria ser constantemente modernizada*. Ao fazer isso teve que combater, sempre, a maior parte do cotidiano das pessoas comuns existentes na urbe, cujas práticas por vezes se afastavam, quase que totalmente, do projeto pensado pelo impresso e que visava edificar uma cidade segundo determinados padrões de *ordem* e de *higiene, progresso e modernidade/modernização* à época considerados necessários pela maioria da elite cidadina. Intentando transformar a cidade em um espaço «mais civilizado» e «mais desenvolvido», esse periódico se prestou a divulgar sistematicamente nas décadas de 1960-70 matérias que retratavam as limitações da urbe na *luta pelo progresso*.

Formas de *progresso*, de *modernidade* e de *modernização* (estas últimas expressões nem sempre de fácil delimitação nas fontes) eram abertamente defendidas pelo periódico. Essas palavras, que no mundo acadêmico possuem definições específicas, eram concebidas nas páginas do CE de outra forma. Representavam, grosso modo, uma oposição ao antigo e ao arcaico que o CE dizia reinar em alguns pontos da cidade de Campo Grande e que concebia como situações que solapavam as luzes do progresso, da modernidade e da modernização ferrenhamente defendidas pelo CE. A propósito, e inclusive pelas reflexões já empreendidas, não nos parece precipitado informar que o CE atuou em várias oportunidades como *partido ideológico* na veiculação, defesa e implementação de seus projetos (Moro, 2013).

A seguir procuramos recuperar uma parte deste contexto, e o fazemos mencionando detalhes que pensamos representativos de um conjunto seguramente mais amplo e complexo, que evidentemente merecem muitas outras pesquisas de campo, debate historiográfico e reflexões interpretativas e análises de maior fôlego para aparar arestas

que julgamos ainda pouco estudadas sobre este objeto de estudo: a cidade de Campo Grande.

3. PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO NA CIDADE DE CAMPO GRANDE: POLÍTICAS ACERCA DE MORALIZAR E HIGIENIZAR OS ESPAÇOS URBANO-CIDADINOS

Por vezes os relatos contidos em suportes documentais ou consultados pelos pesquisadores ajudam a cristalizar algumas versões da história e do desenvolvimento da sociedade, podendo mostrar, esconder e negligenciar agentes e ações. Os documentos podem igualmente ressaltar ou esmaecer acontecimentos ou pontos de vista. Justamente por isso é que os suportes documentais não são neutros, ou pelo menos não se acredita na pretensa neutralidade de uma fonte. E talvez com os jornais isso seja ainda mais perceptível, e é o que procuramos mostrar a seguir: algumas formas de relatar do desenvolvimento da cidade de Campo Grande no decorrer das décadas de 1960-70, em particular as contradições existentes em fontes jornalísticas quando realizam este trabalho.

A cidade de Campo Grande é narrada em muitos textos como uma *Metrópole Econômica do Oeste Brasileiro*, relatos que não poucas vezes foram atrelados às ideias de cidade próspera e também progressista. Esses adjetivos (a maioria positivos) condensam o que seria o *progresso* e a *civilização* desta cidade em *constante desenvolvimento*. Embora algumas fontes tentem relatar a existência de uma *cidade próspera*, há igualmente fontes (por vezes veiculadas pela própria imprensa) que deixam escapar a presença de uma cidade que seria *problemática*, *pouco atrativa* e *cheia de pontos negativos*. A nosso ver, todas as formas de relatar devem ser vistas e analisadas com o devido cuidado, já que fruto da ação humana.

O crescimento populacional e, mais ainda, urbano do sul do Estado de Mato Grosso, em particular de Campo Grande, foi especialmente significativo na segunda metade do século xx. De *povoado* em fins do século xix passou a ser representada como *Metrópole Econômica do Oeste Brasileiro* em meados da década de 1950 (Moro, 2004, p. 31-32). Fora esse título, não poucas vezes mencionado em textos de autores memorialistas, existiram outros, tal como o que mencionava a rua 14 de Julho como «a mais movimentada de todo o Oeste brasileiro» e o que a denominava como *Capital do Oeste Brasileiro* (A rua..., 1964, p. 1).

Em termos populacionais, Campo Grande passou de aproximadamente 2.000 mil habitantes no início do século xx para cerca de 30.000 mil residentes em 1930. Já em 1960 eram quase 75.000 mil habitantes, sendo que nas décadas de 1970-80 o crescimento populacional continuou a ser verificado, pois Campo Grande passou de 140.233 mil pessoas nos anos 1970 para 291.777 mil residentes em 1980 (FIBGE, 2003). O crescimento populacional e o aumento percentual foram mais intensos na zona urbana da

municipalidade, algo não procedente para o espaço rural, pois teve pequeno acréscimo populacional e grande diminuição percentual em relação aos habitantes da zona urbana. Contudo, somente cinco municípios do sul de Mato Grosso possuíam, na década de 1950, mais habitantes nas zonas urbanas do que nas rurais. Os municípios eram: Campo Grande, Corumbá, Ladário e Rio Verde de Mato Grosso (Moro, 2003).

Em parte devido a esse aumento do número de residentes no espaço urbano houve a intensificação e o surgimento de tensões as mais variadas em Campo Grande, que antes eram pouco perceptíveis ou socialmente contornáveis pelas instituições e poder público. Estas tensões, fruto também do próprio processo de modernização, acabaram por acirrar, mais ainda, o contraste entre o *antigo* e o *moderno*, e que fortaleceram uma oposição entre o *primitivo* e o *atrasado* e os seus antônimos: o que seria concebido como *atual* e *adiantado*. Em linhas gerais, modernizar a cidade e implantar novas formas de desenvolvimento era o mesmo que engendrar discursiva e concretamente um projeto de *progresso* e *civilização* que pudesse ser visto e que se estendesse a toda a sociedade, em particular os sujeitos que não estavam ou que em algum sentido destoavam desses valores, como o *povo comum* ou as chamadas *pessoas comuns* (Hobsbawm, 1988, p. 18-33).

Como fontes de pesquisa, determinadas matérias publicadas em jornais da cidade de Campo Grande (que como tal enfatizam pontos de vista e por isso mesmo não devem ser generalizadas) podem oferecer grande contributo à visualização de aspectos de uma urbe que não seria *atual* ou *adiantada*, mas que se queria *menos primitiva* e *menos atrasada* nos anos 1960-70. Nesse sentido, podemos destacar os seguintes pontos, que pensamos os mais relevantes para pontuarmos o desenvolvimento da cidade: transformações na infra-estrutura, relações com o corpo; aspectos da higiene urbana; asseio no trato dos alimentos; ocupações e desocupações de lotes urbanos; tensões do andar e do utilizar os espaços da cidade, enfim, transformações ocorridas no cotidiano da cidade de Campo Grande.

4. FONTES JORNALÍSTICAS E A PRODUÇÃO DE RELATOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE (DÉCADAS DE 1960-70)

Estudos realizados por diversas áreas do conhecimento sinalizam que o cotidiano das cidades foi permeado por momentos, fases e períodos de diálogo, bem como por situações de cordialidade. Algumas pesquisas mostram que múltiplas e variadas tensões e disputas também ocorreram. Nesse sentido, culturas, modos de vida e sentimentos já existentes (e às vezes pensados como tradicionais) passaram a conflitar com valores que em certa proporção também buscavam seu *lugar ao sol*. Uns vistos como *problemas* e outros concebidos como *soluções* ao seu desenvolvimento que se queria *moderno*. Nesse sentido, as fontes jornalísticas podem perfeitamente fornecer provas, evidências e indícios ao estudo desta problemática.

Os relatos sobre a infraestrutura da cidade de Campo Grande condensam muitos exemplos que podem nos fornecer evidências e indícios dos mais expressivos para pensarmos o desenvolvimento urbano, claro que limitados a certos pontos de vista que as fontes consultadas externam, contudo, pensamos ainda assim válidos à problematização de algumas formas de desenvolvimento que se fizeram difundir sobre a cidade que *existiria* e sobre a cidade que se *intentava construir*, já que o objeto cidade (temos cada vez mais convicção disto) é sempre múltiplo e, talvez por isso mesmo, não pode ser apreendido em uma única narrativa ou totalidade. Em linhas gerais, mencionamos pontos que julgamos mais relevantes: instalação/ampliação de água potável e encanada, energia elétrica, redes de esgoto e qualidade dos serviços telefônicos. Frisamos que estes *problemas* (ou limitações) também foram considerados pelo impresso Correio do Estado como relevantes e em muitas matérias figuram como problemáticas que assolariam a maioria da população urbana de Campo Grande (Cidade..., 1964, p. 1; Campo Grande..., 1974, p. 2; Telefone..., 1964, p. 2).

Não raro, o centro e os bairros mais próximos a ele ficavam totalmente sem água e energia elétrica. Recorridas matérias de jornais noticiaram estes *problemas* e pontuaram as dificuldades que acarretavam à sociedade e, mais ainda, aos comerciantes (muitos dos quais anunciavam, com relativa frequência, no CE), sobretudo quando ocorria falta de água. Mesmo quando havia água nos encanamentos, a qualidade era questionada, já que visualmente apresentava coloração turvada, indício dos mais relevantes da água ser imprópria ao consumo humano.

Ou então, caso faltasse energia elétrica, faltava e/ou era racionada também a água, pois não havia meio de bombeá-la para as caixas d'água. Por sua vez, a energia elétrica também estava aquém do que seria desejável ou do que se entendia normal ou aceitável para uma urbe do porte de Campo Grande – cognominada como *Metrópole Econômica de Mato Grosso*. Constantemente a energia era racionada ou ocorriam interrupções no fornecimento, fato que interferia inclusive na impressão de jornais e no funcionamento das casas comerciais e industriais (Luz..., 1965, p. 1; Correio..., 1965, p. 1).

As estradas (fossem pavimentadas ou vicinais), bem como as vias públicas da cidade, aparecem nos relatos do periódico CE como precárias e em geral sem manutenções adequadas ou desprovidas de sinalização. São inúmeros os exemplos das chamadas *estradas carroçáveis* (termo de conotação pejorativa) que se tornavam lamaçais em tempo de chuva e acabavam por realçar, mais ainda, o aspecto de uma urbe que não era suficientemente modernizada. Contudo, há relatos que tentam mostrar os esforços feitos no sentido de reverter esta realidade que alguns pensavam como um *problema* a ser superado.

Foi extremamente grande o destaque dado aos discursos públicos e privados e aos projetos que visavam pavimentar com asfalto as estradas e as ruas das cidades do sul de

Mato Grosso. No entanto, de concreto nessa direção foi concluído em 1969 o asfaltamento da BR-267. No total foram 359 quilômetros de asfalto que interligaram por meio de uma estrada de rodagem a cidade de Campo Grande até a fronteira do Estado de São Paulo. Porém, foi na década de 1970 que as rodovias asfaltadas começaram a melhor interligar Campo Grande com as principais municipalidades do sul de Mato Grosso.

Em 1972, a BR-163 (Campo Grande-Cuiabá) já tinha alguns trechos asfaltados, mas a completa pavimentação asfáltica só foi inaugurada em fevereiro de 1974 pelo então general-presidente Médici. Já a BR-262 (Campo Grande-Três Lagoas) ainda não estava completamente asfaltada em 1979, embora os trabalhos para pavimentá-la estivessem nos planos orçamentários do Governo Federal, por meio de verbas provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e menos também nos anseios de alguns segmentos da sociedade do sul de Mato Grosso, uma vez que a sua conclusão foi anunciada, em outubro de 1979, pelo então general-presidente Figueiredo, quando de sua visita à cidade de Três Lagoas. Ocasião esta que contou com a presença de várias lideranças da região, dentre as quais os pecuaristas, lavoureiros e comerciantes.

Com essa infraestrutura rodoviária, assim afirmou o CE, o sul de MT estaria assistido de melhores condições para escoar a produção agrícola e demais produtos (como carne bovina e inclusive receber produtos de) centros consumidores, notadamente para as Unidades Federativas litorâneas do Complexo Regional do Centro-Sul, fato esse que sinaliza para uma possível maior integração do território e da economia local à nacional. Diretamente ligado com a questão das estradas estava o transporte coletivo urbano, o intermunicipal e o interestadual, que deveria ser realizado diariamente por empresas como a Viação Motta Ltda, a Empresa Andorinha S/A e a Viação Mato Grosso, todas em processo de adequação e modernização. Dessa época temos registros de aquisições de veículos alardeados em informes publicitários como *modernos*, *ágeis* e *confortáveis*, prática que reduziria a duração de cada viagem, e também possibilitaria um aumento na quantidade de passageiros e de carregamentos transportados (A empresa..., 1962, p. 1 e 4; Transporte..., 1967, p. 3; Viação..., 1969, p. 3).

O corpo, em particular na versão dicotômica *corpo malsão-corpo saudável*, também consta como objeto de muitas matérias. As preocupações em combater enfermidades ou doenças que poderiam assolar o corpo dos habitantes da cidade ganharam grande destaque nas décadas de 1960-70, sobretudo quando acometiam o corpo das pessoas mais humildes, pouco esclarecidas ou o corpo das *pessoas comuns* em geral.⁴ Malária,

⁴ Os *tipos* de *pessoas comuns* são vastos demais para serem citados aqui em detalhes, mas mencionamos alguns exemplos de *pessoas comuns* que (re)territorializavam, viviam ou passavam pela cidade de Campo Grande: trabalhadores migrantes, trabalhadores locais, mendigos infantis e adultos de ambos os sexos, moradores de rua, andarilhos-profetas, prostitutas, doentes/enfermos/

doença de Chagas, varíola, tuberculose, meningite, lepra, sarampo, poliomielite e desidratação eram males que foram descritos como os mais relevantes (Profilaxia..., 1969, p. 2; Brasil..., 1966, p. 4; Meningite..., 1974, p. 2). Contudo, nem sempre solucionados pelas autoridades públicas constituídas e pessoas caridosas, como religiosos, profissionais da saúde e senhoras da sociedade, que não raro realizavam trabalhos e/ou despendiam recursos financeiros para auxiliar na cura, tratamento ou minoração desses *problemas* que afligiam o corpo de significativa parcela dos habitantes de Campo Grande (Higiene..., 1966, p. 1; A organização..., 1962, p. 3).

Eram numerosos nessa época de intensa migração campo-cidade os casos de migrantes que abarrotavam as unidades de saúde de Campo Grande. Exemplo dos mais emblemáticos parecia ocorrer em um hospital: os *indigentes* internados na Santa Casa eram em maior número do que os pensionistas (Mais..., 1963, p. 2; A Santa..., 1970, p. 2). Para os que ultrapassavam de alguma forma as barreiras das doenças socialmente aceitas, tal como faziam os *débeis mentais*, cujas práticas às vezes eram inadequadas ao convívio social, as ações realizadas se resumiam basicamente a três práticas institucionais, que eram complementares: detenção em celas da cadeia pública, aquisição de passagem/retorno às cidades de origem ou então tratamento e atividades em hospitais ou sanatórios (Isto..., 1963, p. 1). O contraponto desse mundo sinaliza às práticas exercidas em clubes de campo, clubes de pesca e recreativos ou demais entidades sociais, tanto de caráter público como privado, de classe ou não. Possuíam em comum, grosso modo, a finalidade institucional de serem territórios de sociabilidade, gestando assim também costumes e sentimentos até então incipientes na cidade.

As tensões da higiene urbana apareceram referidas na necessidade de a cidade estar sempre limpa, ter construções bem cuidadas e efetivamente asseadas, de possuir calçamento adequado, ter arruamento, de não ter matagais e nem lixo nas vias públicas ou no interior das propriedades particulares. Além disso, a higiene urbana desejável à cidade consistia em não haver água empoçada e, sobretudo, esgoto disposto nas passagens públicas das principais ruas e avenidas, realidade que parecia das mais comuns à cidade de Campo Grande nos anos 1960-70, tanto pela inexistência de tubulações para assistir às residências como pelos hábitos *pouco civilizados* dos moradores que despejavam os dejetos no próprio quintal ou nas vias públicas (SUNAB..., 1969, p. 2).

As *pessoas comuns*, muitas das quais faziam da rua o seu espaço privado (e nesse caso os *mendigos*, *andarilhos* e *esmoladores*, em geral migrantes, eram referência nesse modo

débeis mentais, indigentes debilitados fisicamente, pessoas embriagadas, em especial do sexo masculino, sujeitos adjetivados de baderneiros da cidade, ciganos, homens e mulheres «vítimas» das autoridades policiais, presos de delegacias e presídios, pessoas que ocupavam os espaços da cidade durante o período da noite, transeuntes das vias urbanas que moravam e/ou que eram consumidores e trabalhadores informais, notadamente os vendedores ambulantes e camelôs.

de ocupar a cidade), também não deveriam fazer do ambiente público o seu ambiente privado, haja vista que 60% da população em 1980 não eram naturais da urbe. Pelo que indicam as fontes consultadas e também os dados de outras pesquisas de período próximo, essa situação era das mais evidentes na cidade de Campo Grande (Mendicância..., 1976, p. 2; Martins, 1991, p. 11).

Em contrapartida, era necessário haver sanitários públicos higienizados e uma infraestrutura urbana adequada aos habitantes, em particular no que diz respeito às lixeiras para que o lixo fosse depositado e casas de abrigo/acolhimento para os *sujeitos necessitados* (muitos deles *trecheiros*) frente os obstáculos da vida e do trabalho urbano, ou demais adversidades às quais teriam sucumbido (O albergue..., 1970, p. 2; Desemprego..., 1975, p. 1; Lixo..., 1963, p. 5). De todo modo, a cidade não deveria padecer com a presença de pessoas que não estariam enquadradas nas normas de uma urbe do *status* de Campo Grande. Esgoto e coleta de lixo diária, que deveriam ser realizadas pelo poder público, eram itens tidos como indispensáveis para o *sucesso* desse empreendimento de higiene urbana. A colaboração das senhoras do lar e das trabalhadoras domésticas também foi mencionada como essencial à manutenção ou aprimoramento da higiene urbana (Uma..., 1969, p. 1).

A alimentação urbana era outro problema-chave que denegriria a modernidade e o desenvolvimento de Campo Grande. Os comerciantes da alimentação eram seguidamente mencionados nos textos de jornal e notificados pela Secretaria de Saúde da municipalidade em decorrência da falta de higiene que supostamente imprimiam à produção e ao manuseio dos produtos alimentícios (Higiene..., 1970, p. 2). Porém, problema de higiene ainda mais expressivo e visível aos populares e visitantes da cidade eram os produtos comercializados através dos comerciantes de alimentos e de bebidas, que eram, em geral, os ambulantes/camelôs.

Esses sujeitos comercializavam suas mercadorias em plena rua e sem as mínimas condições de higiene, burlando completamente alguns artigos da lei do código municipal. Dentre esses sujeitos, os vendedores ambulantes de caldo de cana-de-açúcar foram classificados, na literatura consultada, como os que menos se valiam das práticas de higiene aceitáveis. Era prática comum reutilizar a água de baldes para lavar os copos nos quais já tinham servido caldo de cana aos demais clientes (Higiene..., 1966, p. 6). Próximo dessa questão anti-higiênica estava a prática da comercialização do leite. Além de venderem o leite in natura na porta das residências, os leiteiros costumavam acrescentar água ao leite com o fito de aumentar os ganhos. Ademais, seguidas vezes a vigilância sanitária encontrou substâncias distintas no líquido do leite, como fezes do gado e pequenos animais e/ou insetos, como pulgas, carrapatos, moscas e mosquitos.

As ocupações e desapropriações de terrenos foram outra tônica produtora de tensões dos anos 1960-70. Ocupar o espaço urbano, em especial para moradia, também não era uma tarefa das mais simples, embora fosse muito corriqueira e, aos olhos da lei, inoportuna devido à forma como se dava, qual seja, a invasão de terrenos públicos e privados, em especial os sem construções e que margeavam córregos de ruas ou de avenidas. Prova disso são as desapropriações e desocupações de inúmeras áreas. Desapropriações e desocupações, que podiam ser *amigáveis* ou *judiciais* (algumas com a utilização de força policial), de imóveis em áreas do centro urbano de Campo Grande ou de áreas próximas ao centro, como ocorreu em parte da Avenida Pandiá Calógeras, na saída para São Paulo, na Vila Progresso e na região da atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Essas desapropriações tinham como objetivo principal o de reordenar a geografia urbana da cidade, imprimindo, assim, um novo jeito de ocupar o espaço em questão, bem como atribuindo outras funções a espaços já territorializados de modo nem sempre benquisto pelas autoridades ou por setores da elite cidadina. Embora desde a década de 1930 já constem registros sobre loteamentos de terrenos em Campo Grande, no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 também foram criados alguns loteamentos nas proximidades do centro urbano. Eram loteamentos geralmente constituídos por casas que tinham como finalidade acomodar as famílias dos profissionais liberais e dos trabalhadores que tivessem renda média superior à da maioria dos outros trabalhadores. Não obstante, e agora como algo bem mais pioneiro das décadas de 1960-1970, surgiu no centro de Campo Grande alguns arranha-céus. Quer dizer, prédios comerciais e residenciais, construções que simbolizavam uma arquitetura verticalizada e que variavam entre 10 até mais ou menos 15 andares (Quase..., 1977, p. 2).

Se por um lado é possível visualizar um projeto de modernização cidadina que defendia arduamente uma cidade pavimentada, com arborização e passeios públicos adequados à legislação, redes de esgoto e água, lotes murados e construções asseadas, muros e calçamentos adequados aos padrões de civilidade, por outro, as ações dos sujeitos adultos tanto quando das crianças geravam tensões de difícil enquadramento disciplinar, as quais podem ser chamadas de tensões do andar (Mais..., 1978, p. 3; Só..., 1977, p. 7; Construção..., 1979, p. 3; Falando..., 1963, p. 4; Os doidos..., 1969, p. 2). Grande parte dos motoristas de automóveis relutava em estacionar seus veículos segundo as leis de trânsito dessa época («Maravilhas»..., 1974, p. 8; Trânsito..., 1971, p. 2). Ao contrário do que preconizava a legislação, muitos estacionavam quase sempre os carros, caminhonetes e caminhões afastados do meio-fio, portanto no centro da rua ou até mesmo sobre as calçadas, situação que atrapalharia os transeuntes.

Os pedestres, por sua vez, não estavam à mercê apenas dos motoristas indisciplinados. Alguns indivíduos que guiavam bicicletas, sobretudo crianças adjetivadas de

alvorçadas na terminologia do CE, também utilizavam como pista de corrida as calçadas, em particular as que possuíam pavimentações regulares, questão que colocava, em alguns casos, em risco físico o pedestre que andava na cidade (Os..., 1973, p. 1). Ademais, alguns condutores de bicicletas as estacionavam rente aos postes de iluminação, não raro se valendo de cadeados, pois tinham receio de que fossem furtadas durante o tempo que estivessem realizando as suas atividades, situação que o CE dizia atrapalhar os transeuntes (Onde..., 1973, p. 8).

Tornar uma realidade o projeto de modernização, bem como o desenvolvimento da urbe, incluía em um de seus pressupostos essenciais a criação de lugares nos quais fosse possível concretizar práticas dessa mesma política, práticas que possuem um ritual já dado e um significado posto previamente como *natural* e, portanto, não passível e nem necessário de alteração, dependendo, é claro, das forças que tentam explicitar esse projeto no ambiente urbano.

Na cidade de Campo Grande em questão foram construídas obras que são exemplares e evidenciam as tensões do utilizar esses novos ambientes, tal como nos casos dos chafarizes de espaços públicos, dos postes de iluminação pública e da própria sinalização nos cruzamentos mais movimentados da cidade. No caso dos chafarizes, cuja função seria a de embeleza a cidade e serem contemplados pelos olhares dos sujeitos, a realidade dada por muitos dos habitantes da cidade era bem distinta (Chafariz..., 1979, p. 5). Algumas crianças preferiam muito mais utilizar os chafarizes como piscina e os adultos como um bebedouro para animais, nesse caso em particular os bovinos e os eqüinos, que à época ainda podiam ser encontrados com relativa facilidade na área central da cidade.

Referente aos postes de iluminação pública, além de realizarem essa atividade, evidentemente quando não lhes faltasse meio para tal, como quando da ausência de lâmpadas, eles também serviam para que se pendurassem cartazes de propagandas das mais diversas (A iluminação..., 1967, p. 1). Embora a legislação considerasse essa prática ilegal, recorridas vezes as fontes impressas sinalizaram que infratores não careciam para efetivá-la na cidade, forjando mesmo uma comunicação um tanto quanto alternativa àquela proposta pela modernização, que era sobremaneira a comunicação através de anúncios em revistas, jornais, rádios e via televisão, sendo que esta última começou a despontar nesse período em Campo Grande⁵.

⁵ Embora no início dos anos 1960 Campo Grande já tivesse alguns jornais e emissora de rádio, nesse período ainda não possuía emissora de televisão. Em 1965, foi criada a TV Morena e, com ela, outras novidades, mais especificamente signos da modernidade, fincaram definitivamente raízes na cidade. Os impressos jornalísticos anunciavam em suas páginas a venda de televisores, bem como das casas comerciais que realizavam esse serviço, sendo possível até o parcelamento para a obtenção de um aparelho televisor. Processo semelhante também ocorria para a aquisição de rádio, máquina de lavar roupa, geladeira e ferro elétrico.

Em geral, os representantes do poder constituído, conforme asseguravam matérias publicadas no CE, também iam contra, em certos casos, ao projeto de modernização e de desenvolvimento de Campo Grande. Caso emblemático foi o dos sinaleiros da urbe. Com a intenção de resolver o problema dos constantes acidentes de trânsito, o secretário de Obras da municipalidade ordenou que os funcionários dessa secretaria colocassem, em plena «calada da noite», troncos de madeira e pedras no cruzamento de ruas e de avenidas que tinham sinaleiros quebrados ou que ainda não dispunham desse equipamento para «ordenar» o fluxo dos veículos (E os..., 1966, p. 4; Campo..., 1966, p. 1).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos mencionados neste trabalho podem parecer por demais amplos e por isso induzirem a generalizações. Contudo, nosso intuito ao tentar recuperar aspectos do desenvolvimento da cidade de Campo Grande por meio de matérias veiculadas em jornais impressos é muito mais ou inclusive tão somente o de mostrar que registros ou suportes documentais comportam em si múltiplas possibilidades de análises e sinalizam, quase sempre, para fenômenos particulares da *totalidade* de uma urbe ou sociedade, fenômenos em si tão relevantes e dignos de atenção como quaisquer outros. Entendemos que a cidade de Campo Grande nas páginas do Correio do Estado está longe de ser uma fonte coesa em seus propósitos, ou mirada em detalhes. Sendo assim, sinalizamos que a fonte em estudo pode contribuir para mostrar com muita força os fragmentos e situações outras que, parece não haver questionamentos, constituem a *totalidade* de outro objeto de estudo que pensamos dos mais expressivos à sociedade, qual seja: extratos do desenvolvimento da cidade de Campo Grande em uma perspectiva histórica.

Justamente por reconhecermos a importância do objeto e as suas especificidades, faz-se pertinente afirmar que as observações elencadas não devem ser estendidas a outros conjuntos de fontes; antes, devem ser complementadas por outras reflexões, bem como confrontadas comparativamente com outros registros. Aliás, outros suportes documentais e categorias distintas ou mais refinadas de análises certamente recuperariam momentos distintos e teceriam reflexões diversas das externadas neste trabalho. Em nossa análise, a principal contribuição dos textos de jornais aqui analisados não reside em fornecer respostas delimitadoras, conclusivas ou últimas às questões que levantamos, mas sim em externar histórias e posicionamentos pouco conhecidos, talvez até ignorados no presente, que, ao passo que são divulgados, podem nos ajudar a refletir sobre o desenvolvimento da cidade de Campo Grande em uma perspectiva mais abrangente de estudo, que entendemos salutar à contemporaneidade, bem como aos debates historiográficos que já há algumas décadas têm se dedicado a problematizar o mundo urbano e a história social da cidade em perspectivas cada vez mais abrangentes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Empresa de Transportes Coletivos Amambai inaugura nova linha (15 mar. 1962). *CE*. Campo Grande, p. 1 e 4.
- A iluminação pública está acabando (13 jan. 1967). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- A organização das «abnegadas de Mato Grosso» (12 maio 1962). *CE*. Campo Grande, p. 3.
- A rua dos 14 mil... (12 jun. 1964). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- A Santa Casa precisa ampliar Pavilhão de Indigentes (13 jan. 1970). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Bittar, M. (2009). *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS.
- Brasil assina acordo para erradicar malária (21 maio 1966). *CE*. Campo Grande, p. 4.
- Campo Grande: 120 mil sem água tratada (26/27 out. 1974). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Campo Grande volta à Era da Pedra! (13 jul. 1966). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Carpintéro, M. V. T., Cerasoli, J. F. (jan./jun. 2009). A cidade como história. *História: Questões e Debates*, Curitiba, UFPR, n. 50, p. 61-101.
- Chafariz da Costa e Silva, obra mal feita e condenada (12 set. 1979). *CE*. Campo Grande, p. 5.
- Cidade não pode ficar sem água (4 set. 1964). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Comercialização do leite (12 out. 1972). *CE*. Campo Grande, p. 12.
- Construção de muros e calçadas: humanização para pedestres (1 fev. 1979). *CE*. Campo Grande, p. 3.
- Correio do Estado não circulará amanhã (4 nov. 1965). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Coutinho, C. N. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Darnton, R. In: P-B, M. L. G. (2000). *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP.
- Delegado Regional quer silenciar CORREIO DO ESTADO (29 jul. 1966). *CE*. Campo Grande, p. 1.

- Desemprego já traz problemas (30 jul. 1975). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- E os sinaleiros (28 maio 1966). *CE*. Campo Grande, p. 4.
- Falando de calçadas (24 maio 1963). *CE*. Campo Grande, p. 4.
- Faoro, R. (1994). *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática.
- FIBGE, SDDI/MS (2003). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS.
- Heller, A. (1992). *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias (29 nov. 1966). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Higiene: caldo de cana, refrescos... (31 dez. 1966). *CE*. Campo Grande, p. 6.
- Higiene em bares e restaurantes (10 jun. 1970). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Hobsbawm, E. (1988). A outra história: algumas reflexões. In: Krantz, F. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Isto precisa acabar: loucos e mendigos (20 mar. 1963). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Lixo e lixeira (22 jul. 1963). *CE*. Campo Grande, p. 5.
- Losnak, C. J. (2004). *Polifonia urbana: imagens e representações – Bauru, 1950-1980*. Bauru: EDUSC.
- Luz: providência que precisa ser tomada (17 maio 1965). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Mais 12 mil árvores serão plantadas em Campo Grande (3 out. 1978). *CE*. Campo Grande, p. 3.
- Mais indigentes que pensionistas (19 jan. 1963). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- «Maravilhas» do trânsito em Campo Grande (19/20 jan. 1974). *CE*. Campo Grande, p. 8.
- Martins, S. R. O. (1991). *Migração em Campo Grande: a itinerância do subproletariado vista pelas instituições assistencialistas do município*. 1991. 75 f. + 2 anexos. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Curso de Graduação em Geografia, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande.

- Matos, M. I. S. (2002). *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC.
- Mendicância impera em Campo Grande (28 maio 1976). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Meningite e desidratação continuam matando em Campo Grande (4 out. 1974). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Moro, N. D. (jun. 2013). A cidade de Campo Grande nas adjetivações de autores memorialistas. Trabalho apresentado no *I Encontro da Red(e) Ibero-Americana Resistência e(y) Memória* da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Lisboa.
- Moro, N. D. (2004). Campo Grande: «Capital Econômica de Mato Grosso» (Década de 1950). *Anais do 3º Encontro de Iniciação Científica e 3º Fórum de Pesquisa*. Umuarama: UNIPAR.
- Moro, N. D. (2007). *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- Moro, N. D. (2012). *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- Moro, N. D. (2003). *Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002)*. 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande.
- O Albergue Noturno (9 jul. 1970). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Onde a fiscalização municipal? (14 mar. 1973). *CE*. Campo Grande, p. 8.
- Os ciclistas nas calçadas (22 maio 1973). *CE*. Campo Grande, p. 1.
- Os doidos ao volante (29 out. 1969). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Profilaxia da tuberculose (12 ago. 1969). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Quase um ano depois, favelas voltam a preocupar município (31 nov. 1977). *CE*. Campo Grande, p. 2.
- Só 15% da área de Campo Grande é servida por redes de esgoto (22 nov. 1977). *CE*. Campo Grande, p. 7.

SUNAB condena falta de higiene na cidade (19 maio 1969). *CE*. Campo Grande, p. 2.

Telefone público é problema (16 jun. 1964). *CE*. Campo Grande, p. 2.

Trânsito exige disciplina e ordem (7 jan. 1971). *CE*. Campo Grande, p. 2.

Transporte coletivo intermunicipal: calamidade (26 maio 1967). *CE*. Campo Grande, p. 3.

Uma cidade sem esgotos! (12 maio 1969). *CE*. Campo Grande, p. 1.

Viação Motta: luxuoso ônibus na linha Campo Grande-São Paulo (30 out. 1969). *CE*. Campo Grande, p. 3.

Yáziqi, E. (2009). *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: Plêiade.

